



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição de 25 (vinte e cinco) motocicletas novas, zero quilômetro, destinadas ao atendimento das necessidades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), visando ao fortalecimento das ações de atenção primária e vigilância em saúde do Município, mediante recurso proveniente da Portaria nº 7.940, de 10 de dezembro de 2024, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 6º, XXIII da lei 14.133/2021, A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, e Termo de Referência.

3. MARCO LEGAL

Constituição Federal

Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações; Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Decreto Municipal n. 2655, 29 de março de 2023; dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito do Município de Itapuã do Oeste -RO. Decreto Municipal n. 2657 de 30 de março de 2023.

4.CONTEXTUALIZAÇÃO LEGAL

A Constituição Federal através do art. 37 inciso XXI, estabelece os seguintes critérios precedentes as compras públicas:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação da EC 19/1998).

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O professor Marçal Justen Filho tece o seguinte comentário sobre a licitação:

"A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso o melhor negócio e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenvolvida de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração."

O presente Termo de Referência tem como objeto demonstrar atendidas as condições previstas nas

legislações acima descritas, em especial o Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII in verbis:
Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...)

5.ÓRGÃO DEMANDANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SEMSAU

5.1.ÓRGÃO SOLICITANTES

O órgão demandante da futura aquisição, é a prefeitura municipal de Itapuã do Oeste/RO, através do Fundo Municipal de Saúde, para atender as demandas oriundas dos departamentos pertencentes a Secretaria Municipal De Saúde.

6.DO OBJETO DA PRETENDIDA AQUISIÇÃO

Constitui objeto da presente contratação a aquisição de motocicletas novas, zero quilômetro, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Itapuã do Oeste/RO.

A aquisição tem por finalidade proporcionar melhores condições de deslocamento aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), visando garantir maior eficiência na realização de visitas domiciliares, ações de prevenção, promoção da saúde, monitoramento, acompanhamento das famílias e demais atividades desenvolvidas junto à comunidade, especialmente em áreas rurais e locais de difícil acesso.

As motocicletas deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, observando critérios de segurança, durabilidade, economicidade, desempenho e adequação às necessidades operacionais dos serviços públicos de saúde.

Os veículos serão destinados à Unidade Básica de Saúde Setor 04 Jacir Boni, CNES nº 7327862, Unidade Básica Eson Cavalheiro Setor 01, CNES 2806509, bem como às equipes da Vigilância em Saúde vinculadas aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), CNES 7346050, contribuindo para o fortalecimento das ações de Atenção Primária à Saúde e Vigilância em Saúde no âmbito do Município.

As motocicletas deverão ser entregues devidamente novas, sem uso anterior, emplacadas em nome do Município, licenciadas e acompanhadas de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente, garantia de fábrica, manual do proprietário e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento dos veículos.

6.1.DESCRICÃO DETALHADA DO OBJETO

ITEM	QUANT	Und.	DESCRIÇÃO
01	16	Und.	Motocicleta de baixa cilindrada <ul style="list-style-type: none">• Motocicleta nova, zero quilômetro;• Ano/modelo mínimo 2026;• Motorização mínima de 109 cc;• Motor monocilíndrico, 4 tempos;• Sistema de alimentação por injeção eletrônica;• Partida elétrica;• Combustível gasolina;• Transmissão mínima de 4 velocidades;• Freios dianteiro e traseiro;• Equipamentos obrigatórios conforme legislação do CONTRAN;• Garantia mínima de 12 meses;• Veículo entregue emplacado e licenciado em nome do Município
02	09	Und.	Motocicleta tipo trail/adventure <ul style="list-style-type: none">• Motocicleta nova, zero quilômetro;• Ano/modelo mínimo 2026;• Categoria trail/adventure;• Motorização mínima de 160 cc;• Motor monocilíndrico, 4 tempos;

			<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de alimentação por injeção eletrônica; • Combustível flex (gasolina e etanol); • Partida elétrica; • Transmissão mínima de 5 velocidades; • Freio dianteiro e traseiro a disco; • Suspensão adequada para estradas rurais e terrenos irregulares; • Tanque com capacidade mínima de 12 litros; • Equipamentos obrigatórios conforme legislação do CONTRAN; • Garantia mínima de 12 meses; • Veículo entregue emplacado e licenciado em nome do Município.
--	--	--	--

7. VALOR ESTIMADO

O valor **TOTAL** estimado deste termo é de média de preço R\$ **503.141,03** (Quinhentos e três mil cento e quarenta reais e três centavos).

A estimativa de preços foi elaborada em conformidade com o art. 54 do Decreto Municipal nº 2.655, de março de 2023, utilizando como parâmetros pesquisa direta junto a empresas do ramo de comercialização de motocicletas, bem como consulta ao Banco de Preços e demais fontes oficiais de pesquisa de mercado, visando assegurar que os valores estimados estejam compatíveis com os praticados no mercado e atendam aos princípios da economicidade e vantajosidade para a Administração Pública.

8. DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto da presente contratação refere-se à aquisição de motocicletas, classificadas como bens comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado, mediante especificações usuais e amplamente disponíveis junto aos fornecedores do ramo.

As motocicletas a serem adquiridas apresentam características padronizadas, comercializadas regularmente no mercado nacional, não demandando desenvolvimento específico, fabricação exclusiva ou adaptações personalizadas para atendimento das necessidades da Administração Pública.

Dessa forma, a contratação enquadra-se na modalidade de aquisição de bens comuns, uma vez que os itens podem ser comparados objetivamente por meio de especificações técnicas usuais, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme critérios estabelecidos no instrumento convocatório e na legislação vigente.

9. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste vem realizando um trabalho intensivo com o objetivo de garantir atendimento de qualidade a toda a população do município. Com uma extensão territorial de aproximadamente 4.082 km² e população estimada em 8.561 habitantes, o município apresenta constante crescimento e desenvolvimento, tornando necessária a ampliação e o fortalecimento da infraestrutura dos serviços públicos de saúde.

Nesse contexto, o presente projeto tem por objetivo viabilizar melhorias na infraestrutura do Município de Itapuã do Oeste, por meio da aquisição de motocicletas destinadas aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), visando proporcionar maior eficiência, agilidade e alcance no atendimento prestado à população, especialmente nas áreas rurais e de difícil acesso.

Atualmente, o município não dispõe de motocicletas suficientes para atender às demandas de deslocamento dos profissionais vinculados à Unidade Básica de Saúde Edson Calheiro Setor 1, CNES 2806509, à Unidade Básica de Saúde Setor 4, CNES nº 7327862, bem como das equipes de Agentes de Combate às Endemias - ACE, CNES 7346050. A ausência desses veículos compromete a execução das visitas domiciliares, ações preventivas, acompanhamento das famílias e demais atividades essenciais desenvolvidas pelos ACS e ACE.

Dessa forma, a aquisição das motocicletas, conforme os quantitativos estabelecidos nos respectivos Planos de Trabalho, contribuirá significativamente para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, garantindo melhores condições de trabalho aos profissionais e ampliando a qualidade e a efetividade dos serviços ofertados à população do município.

A aquisição de motocicletas permitirão que os agentes se desloquem com mais agilidade e facilidade às áreas rurais, , regiões de difícil acesso , garantindo cobertura mais ampla e rápida da população. com esse recurso,

os agentes poderão realizar visitas domiciliares, acompanhar pacientes, promover ações de prevenção e educação em saúde, além de fortalecer o vínculo com a comunidade.

A contratação pretendida encontra amparo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, demonstrando-se adequada às necessidades administrativas e à finalidade pública envolvida.

10- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, relativas ao fornecimento de motocicletas destinadas aos Agentes de Combate às Endemias ACE e Agentes Comunitários de Saúde ACS.

10.2 Comprovação de aptidão para fornecimento de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de motocicletas automotoras.

10.3 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão demonstrar fornecimento com as seguintes características mínimas:

- Fornecimento de motocicletas zero quilômetro, novas, devidamente licenciadas e emplacadas, compatíveis com as especificações constantes no Termo de Referência;
- Entrega realizada dentro dos prazos contratuais estabelecidos;
- Garantia de fábrica e assistência técnica autorizada;
- Compatibilidade com quantitativos e condições semelhantes ao objeto desta contratação.

10.4 Os atestados deverão referir-se a fornecimentos realizados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme especificado no contrato social vigente.

10.5 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou após decorrido, no mínimo, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto nos casos em que o contrato tenha sido firmado para execução em prazo inferior.

10.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigidos, dentre outros documentos:

- Cópia do contrato que deu suporte à contratação;
- Nota fiscal correspondente ao fornecimento;
- Endereço atual da contratante;
- Local de entrega dos bens;
- Demais documentos comprobatórios pertinentes.

10.7 O critério de julgamento das propostas será o de menor preço unitário por item, observadas as especificações técnicas constantes no edital e seus anexos.

8.8 As regras de desempate entre propostas serão aquelas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e disciplinadas no respectivo edital do pregão eletrônico.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

A empresa contratada deve proporcionar entrega dos materiais permanentes, para atender a Secretária Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento

· Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- Aquisição. O licitante deverá garantir os requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento do item entregue conforme edital durante toda a vigência do contrato.

12. MODELO DE EXECUÇÃO O OBJETO

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. (Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, Art. 140, § 1º).

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. (Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, Art. 140, § 2º).

13. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

Os materiais solicitados deverão ser entregues no prédio da **Prefeitura do Município de Itapuaã do Oeste**, situado na Rua Ayrton Senna, 1425 - Setor centro, CEP: 76.861.000, horário das 07h30min às 13h30min horas, de segunda- feira à sexta-feira.

14. PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

O prazo de entrega do objeto será de 30 (trinta) dias , após o envio da Nota de Empenho ou a assinatura do instrumento contratual, conforme a situação de necessidade da secretaria.

15. DA CONDIÇÃO DE ENTREGA

Os materiais serão entregues através de nota fiscal, sendo admitida entrega parcial, desde que plenamente justificada.

Os locais e prazos de entrega são os elencados nos itens 13 e 14. Se o fornecedor tiver comprovadamente dificuldades de entregar os materiais, não sofrerá multa, desde que informe oficialmente com antecedência de pelo menos 03 (três) dias úteis antes de esgotado o prazo, apresentando uma justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada à SEMSAU que, por sua vez, tomarão a decisão se o prazo será prorrogado ou não.

16. DO RECEBIMENTO

O materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

O material poderá ser rejeitados, no todo , quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O material será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não será procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

o recebimento das motocicletas terão que ser seguidos conforme Planos de Trabalho.

17.DA GARANTIA DO OBJETO

Por se tratar de bens permanentes, consistentes na aquisição de motocicletas destinadas ao atendimento das atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), a garantia do objeto deverá observar as condições mínimas estabelecidas pelo fabricante e demais disposições deste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá fornecer motocicletas novas, zero quilômetro, assegurando garantia técnica integral contra defeitos de fabricação, defeitos de materiais, vícios aparentes ou ocultos, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, prevalecendo prazo superior eventualmente ofertado pelo fabricante.

Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela substituição, reparação ou correção de quaisquer defeitos apresentados nas motocicletas, sem ônus adicional para a Administração Pública.

Toda e qualquer peça, componente, acessório ou item substituído durante o período de garantia deverá ser novo, original de fábrica e compatível com o modelo fornecido, vedada a utilização de peças reconcondicionadas, remanufaturadas ou usadas.

A garantia deverá abranger assistência técnica autorizada, incluindo mão de obra e fornecimento de peças necessárias à manutenção corretiva coberta pela garantia do fabricante.

18. DO PAGAMENTO:

O pagamento à Contratada será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da regular liquidação da despesa, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, após a emissão da respectiva nota de liquidação pelo Setor de Almoxarifado e Patrimônio.

Concluída a liquidação, o processo administrativo será encaminhado ao Setor de Tesouraria para pagamento, mediante Ordem Bancária, observada a ordem cronológica legal.

Sendo que a Nota Fiscal/Fatura deverá conter o detalhamento dos materiais fornecidos, conforme a legislação vigente, e ser apresentada acompanhada, obrigatoriamente, dos documentos exigidos neste Termo de Referência abaixo:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- d) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal.

Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste RO.

A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, bem como relativa à sua regularidade fiscal.

A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas na Agência.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

19.DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

19.1. Na elaboração da proposta de preços, a licitante deverá considerar todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento integral do objeto da contratação, incluindo despesas com transporte, frete, carga e descarga, seguros, tributos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como quaisquer outros custos necessários ao cumprimento das obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e na proposta apresentada.

19.2. Os preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, não sendo admitida, sob qualquer hipótese, a cobrança posterior de valores adicionais não previstos na proposta apresentada.

19.3. A empresa vencedora deverá assegurar que os preços apresentados contemplam todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto licitado, responsabilizando-se integralmente pela entrega dos bens em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

19.4. Todas as despesas decorrentes de substituição de produtos que apresentarem defeitos, vícios, avarias ou inconformidades com as especificações técnicas correrão integralmente por conta da contratada, inclusive aquelas relacionadas ao transporte, logística ou quaisquer outros encargos, sem ônus adicional para a Administração.

19.5. Considerar-se-ão inclusos nos preços apresentados todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, ainda que não expressamente mencionados, garantindo-se a plena execução do objeto nas condições estabelecidas pela Administração.

20. .DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto conforme Termo de Referência;
- b) Entregar as motocicletas novas, zero quilômetro, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sem uso anterior, devidamente licenciadas, emplacadas em nome do Município, quando exigido, acompanhadas de todos os acessórios obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente.
- c) Garantir que os veículos atendam integralmente às especificações técnicas mínimas exigidas no Termo de Referência, incluindo itens de segurança, motorização, equipamentos e demais características estabelecidas pela A.
- d) Realizar a entrega do objeto no prazo estabelecido pela Administração, no local indicado na ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.
- e) Responsabilizar-se integralmente pelas despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, frete, carga, descarga, seguro, tributos, taxas, emplacamento, licenciamento, mão de obra e quaisquer outros custos necessários à perfeita execução do objeto.
- f) Substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, qualquer motocicleta que apresente defeito, vício, avaria, incompatibilidade com as especificações exigidas ou que seja entregue em desacordo com o contratado.
- g) Prestar garantia mínima de fábrica conforme especificado no Termo de Referência, contada a partir do recebimento definitivo do objeto, comprometendo-se a realizar os reparos e substituições necessárias durante o período de garantia, sem ônus para a Administração.
- g) Disponibilizar rede autorizada de assistência técnica apta a prestar atendimento durante o período de garantia, garantindo manutenção corretiva e fornecimento de peças de reposição.
- h) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária..
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Administração.
- j) Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do contrato e que possa comprometer a entrega do objeto.
- K Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração.
- l) Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais exigências legais relativas aos seus empregados e prepostos, isentando a Administração de qualquer responsabilidade.
- m) Emitir nota fiscal correspondente ao fornecimento realizado, contendo todas as informações exigidas pela legislação aplicável.
- n) Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual pela Administração, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.
- o) Responsabilizar-se pela qualidade, procedência e originalidade das motocicletas fornecidas, não sendo admitidos veículos reconicionados, remanufaturados, usados ou fora das especificações exigidas.
- p) Observar as normas ambientais, de segurança e de trânsito aplicáveis ao objeto contratado.
- q) Entregar, juntamente com as motocicletas, os respectivos manuais do proprietário, certificados de garantia, chave reserva, ferramentas obrigatórias e demais documentos exigidos pelo fabricante e pela legislação vigente.

21.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade das motocicletas entregues com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão designada, anotando em registro próprio as falhas e irregularidades eventualmente verificadas.

- d) Rejeitar, no todo ou em parte, as motocicletas fornecidas em desacordo com as especificações exigidas, solicitando sua substituição, correção ou complementação, quando necessário.
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada e desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais.
- f) Fornecer à Contratada todas as informações necessárias à adequada execução do objeto, inclusive quanto ao local e horário de entrega.
- g) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- h) Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas, irregularidades ou imperfeições verificadas na execução do contrato, fixando prazo para a devida regularização.
- i) Receber provisoriamente o objeto no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações contratadas.
- j) Receber definitivamente o objeto após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade das motocicletas fornecidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- k) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- l) Disponibilizar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- m) Prestar os esclarecimentos necessários ao bom andamento da execução contratual, quando solicitados pela Contratada.
- n) Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas as condições de regularidade e legalidade exigidas para a contratação.
- o) Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à contratação pública.

22.DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

22.1. MODO DE DISPUTA

A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, 29 e 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas ainda as disposições do Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicado subsidiariamente no que couber.

O procedimento será realizado em sistema eletrônico oficial, disponibilizado pela Administração Pública, garantindo ampla publicidade, transparência, competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O modo de disputa adotado será o aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observadas as regras estabelecidas no edital e na legislação vigente.

A contratação ocorrerá sob o regime de fornecimento integral, considerando a natureza do objeto e a necessidade de padronização dos bens a serem adquiridos.

A adoção da modalidade pregão eletrônico justifica-se em razão de o objeto enquadrar-se como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, possibilitando ampla concorrência entre fornecedores de todo o território nacional.

A utilização da forma eletrônica proporciona:

- ampliação da competitividade;
- maior participação de fornecedores;
- celeridade processual;
- transparência dos atos administrativos;
- economicidade;
- obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- rastreabilidade e segurança das informações do certame.

O processamento e julgamento da licitação observarão os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, competitividade, economicidade e julgamento objetivo.

23. DA PREFERENCIA LOCAL OU REGIONAL

Informa-se que não será aplicada margem de preferência local ou regional, considerando a necessidade de preservação da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº

O objeto da contratação possui ampla oferta no mercado nacional, inexistindo justificativa técnica, econômica ou de interesse público que autorize eventual restrição geográfica da disputa.

Essa versão fortalece:

- isonomia;
- competitividade;
- vantajosidade;
- ausência de justificativa técnica para regionalização.

Para aquisição de motocicletas via pregão eletrônico para ACS e ACE, essa fundamentação é adequada.

24.DA EXCLUSIVIDADE OU NÃO PARA ME/EPP/MEI

Não será aplicada exclusividade para participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) na presente contratação.

Conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, a exclusividade para participação de ME/EPP aplica-se às contratações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, desde que a medida seja vantajosa para a Administração Pública e não comprometa a competitividade do certame.

No presente caso, a contratação refere-se à aquisição de motocicletas destinadas ao fortalecimento das ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), tratando-se de bem comum com ampla oferta no mercado nacional, cuja comercialização ocorre predominantemente por empresas de médio e grande porte do setor automotivo.

Não será aplicada exclusividade para ME/EPP, considerando que o objeto demanda ampla competitividade e possui natureza compatível com participação ampla do mercado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

25.JUSTIFICATIVA POR TER OU NÃO COTAS ME/EPP/MEI

Em atendimento ao disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pela Lei nº 14.133/2021, deve ser avaliada a possibilidade de aplicação de tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI), especialmente quanto à reserva de cota de até 25% do objeto licitado e à possibilidade de subcontratação de MEs/EPPs/MEIs.

Após análise das características do objeto, verificou-se que **não é possível reservar cota exclusiva para ME/EPP/MEI** nem exigir subcontratação dessas empresas na presente aquisição, pelos seguintes motivos:

a) Natureza do objeto

A aquisição de Motocicletas envolvem fornecimento de bens complexos, com especificações técnicas rígidas, exigências de homologação junto a órgãos competentes (INMETRO, DETRAN), certificações específicas e rede de assistência técnica autorizada, que geralmente são atendidas por empresas de médio e grande porte ou revendas autorizadas de montadoras nacionais ou internacionais. Esses requisitos restringem significativamente a participação de microempresas e empresas de pequeno Porte no fornecimento direto do objeto.

b) Indivisibilidade do objeto

O objeto do pregão eletrônico aquisição de 25 (vinte e cinco) motocicletas completas, com todos os equipamentos e adaptações é indivisível, não podendo ser fracionado em cotas ou parcelas menores sem comprometer a padronização, a compatibilidade técnica e a segurança do produto a ser entregue.

Conforme previsto no art. 48, § 3º, da LC nº 123/2006, e art. 67, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, quando a divisão do objeto for impraticável ou representar prejuízo para a execução do contrato, não se aplica a reserva de cota para ME/EPP/MEI.

c) Garantia de ampla participação com tratamento favorecido

Embora não seja possível reservar cota específica para ME/EPP/MEI, essas empresas ainda poderão

participar da licitação em igualdade de condições com os demais licitantes. Além disso, terão direito ao tratamento diferenciado previsto em lei, incluindo:

- Preferência de contratação em caso de empate fictício (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006);
- Prazo adicional de 5 dias úteis para regularização fiscal, caso estejam em situação irregular (art. 43 da LC nº 123/2006).

Diante do exposto, **não será aplicada a reserva de cota de 25% nem exigida subcontratação de ME/EPP/MEI** na aquisição de motocicletas, considerando a natureza e a indivisibilidade do objeto, bem como a complexidade técnica do fornecimento.

Ainda assim, será assegurado o tratamento diferenciado previsto em lei, garantindo ampla participação e estímulo à competitividade entre todos os licitantes.

26.CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos do Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº Sem prejuízo dos demais critérios estabelecidos na legislação pertinente, poderão participar da futura licitação as empresas que estiverem regulares com as certidões discriminadas no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 de 01 de abril de 2021. 14.133/2021.

27.DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas e compatíveis com o ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação.

Recomendamos a exigência da documentação descrita abaixo dos licitantes interessados.

Observa-se que o art. 66, da Lei Federal no 14.133/21, permite que os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira possam ser dispensados nos casos de convite.

Contudo, os comprovantes de regularidade com a Seguridade Social e FGTS, por determinação da Constituição da República, no art. 195, §3º, e da Lei Federal 9.012/95, art. 2º, respectivamente, não podem ser dispensados, face à supremacia da Constituição Federal/88 e ao princípio de que a norma especial prevalece sobre a norma geral.

27.1.Regularidade jurídica

Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força da lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; Empresário Individual: inscrição no Registro Pública de Empresa Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará a verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da ID: 356491 e CRC: 814B5363 respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16

de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

27.2.Regularidade fiscal

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

27.3.Regularidade trabalhista

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma de lei.

27.4.Regularidade técnica

Declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações decorrentes da contratação;

Prova de atendimento aos requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

28.DO CONTRATO

28.1.Modelo de gestão de contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente,

o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

28.2. Prazo de contrato

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir de sua convocação, para assinar o Termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho, Carta Contrato, Autorização).

Os contratos administrativos terão a duração de 1 (um) exercício financeiro, e deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e as normas da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e

cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial conforme Art. 115 da referida Lei.

28.3. Da rescisão contratação

A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

- a) durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa CONTRATADA, sustar, interromper, deixar de entregar os itens/produtos solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/21, de 1º de abril de 2021.
- b) nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação a administração;
- c) a empresa CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão conforme Lei Federal nº 14.133/21.
- d) Das hipóteses de extinção dos contratos na observância ao Art. 137 da Lei Federal 14.133/21. Que constitui motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

28.4. Da fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato ou pelos respectivos substitutos.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do município ou de seus propositos, devendo ainda o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- J) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV. Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

Pela inexecução total ou parcial do contrato poderão ser aplicadas as sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

30.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente processo poderão ocorrer à conta dos seguintes dotações orçamentárias
Funcional Programática: 10.301.0006.1006.0000- Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária de Saúde

4.4.90.52.00 Equipamento e Material Permanente

Funcional Programática: 10.301.0006.1006.0000- Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária de Saúde

4.4.90.52.00 Equipamento e Material Permanente

Funcional Programática: 10.301.0006.1006.0000- Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária de Saúde

4.4.90.52.00 Equipamento e Material Permanente

Contrapartida

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quaisquer situações não contempladas neste pleito serão solucionadas de acordo com a legislação em vigor, com especial atenção à Lei de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de Abril de 2021. Qualquer modificação necessária neste Termo de Referência deverá receber autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSAU deste Município.

Para esclarecimento de dúvidas relacionadas à execução desta aquisição de veículo, entre em contato através dos seguintes canais:

Telefone: (69) 3231-2245 na Semsau, localizada na Prefeitura Municipal, Rua Ayrton Senna nº 1425, durante o horário de expediente das 07h30 às 13h30 (horário de Rondônia).

E-mail: semsautapuadoeste@gmail.com

Estamos à disposição para fornecer o suporte necessário.

31. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

Elaborado por :

Rozileide Alves de Castro
Auxiliar Administrativo
Matricula:4084

Revisado por:

RODOLPHO ARCO MARINS
Secretária /SEMSAU
Port. Nº 071-GAB-PMIO/2025

Aprovado por:

Idiznei Castro Martins
Prefeito Municipal



Documento assinado eletronicamente por **ROZILEIDE ALVES DE CASTRO, AGENTE DE SERVIÇOS- AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, em 26/05/2026 às 09:17, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODOLPHO MARINS DE LIMA ARCO, SECRETÁRIO (a) MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 26/05/2026 às 09:49, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS, CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, em 26/05/2026 às 14:27, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br, informando o ID **516122** e o código verificador **F68302CA**.

Referência: [Processo nº 5-124/2026](#).

Docto ID: 516122 v1